



Moque Sofio

Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 30 de abril
de 2015

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Procedimento Concursal/ 1 Assistente Operacional (Nadador Salvador) / Prorrogação do prazo
- 2º. Ponto – Procedimentos Concursais / Chefe de Divisão / Designação de Júri
- 3º. Ponto – Prestação de Contas de 2014 e Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014
- 4º. Ponto – 1ª. Revisão Orçamental de 2015
- 5º. Ponto – Empréstimo de Médio e Longo Prazo
- 6º. Ponto – Voto de Congratulação pelo aumento do salário mínimo nacional
- 7º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e de seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Dário Miguel Tregreira Coelho, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Silvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira, Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio e João António Abrantes Caldeira, em substituição do Sr. Alexandre Júlio Vinagre Pirata, o qual não esteve presente nesta sessão, tendo justificado a sua ausência.

Estiveram ainda ausentes desta sessão a Sra. Celeste de Jesus Leirias, o Sr. Duarte Manuel Vicente da Luz e o Sr. José Vicente Grulha, sendo que todos justificaram a respetiva ausência.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Drª. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Retomando o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de ata da sessão anterior, que teve lugar no dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e quinze e relativamente à qual foram apresentadas propostas de alteração pelas eleitas Sra. Maria Helena Sabino Salvaterra, Sra. Paula Cristina Martins e pela Sra. Sónia Ramos. Posteriormente foi colocado a votação o documento, de acordo com as alterações solicitadas, sendo aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida deu-se início ao período antes da ordem do dia, tendo o eleito Sr. Rui Páscoa, solicitado o uso da palavra para apresentar uma Saudação, em nome de todos os eleitos pela CDU, a qual se transcreve de seguida:

“Na celebração do 41º. Aniversário do 25 de Abril de 1974, ato fundador e decisivo da democracia portuguesa, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida no dia 30 de Abril, saúda os militares de Abril e todos os democratas e antifascistas que lutaram para derrubar o regime fascista e devolver a dignidade e a liberdade ao povo português.

O 25 de Abril foi a resposta que os militares do Movimento das Forças Armadas, o povo, os democratas e os antifascistas deram às inevitabilidades daquele tempo. Também hoje é necessário e é possível romper com as inevitabilidades que nos querem impor.

As transformações empreendidas durante o processo revolucionário conduziram à elevação das condições de vida do povo e tiraram o país da miséria.

Transformações e progressos que, por ação de sucessivos governos e influência do grande capital nacional e estrangeiro, têm vindo a ser seriamente atacados e destruídos, em especial nos últimos anos com a política dos PEC e do Pacto de Agressão.

É na afirmação das conquistas de Abril consagradas na Constituição que o país encontrará as respostas para enfrentar os problemas atuais e futuros.

Neste ano em que se comemora o 40º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras eleições livres e universais da nossa História, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, saúda os deputados constituintes que, sabendo interpretar e acompanhar o rumo do processo revolucionário e das lutas dos portugueses, deram corpo àquele que viria a ser o pilar do Portugal livre, democrático, de progresso e independente – a Constituição da República Portuguesa de 1976.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, saúda o 1º. de Maio, Dia do Trabalhador e, neste dia, os trabalhadores, desempregados e reformados que, no concelho, no País e no mundo se organizam e lutam pelos seus direitos, sabendo-se, que a valorização do trabalho e dos trabalhadores é condição essencial para o desenvolvimento e o progresso social.”

Pediu para usar da palavra, seguidamente a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que relativamente ao documento em análise, o seu sentido de voto será a abstenção, justificando esse facto com a incapacidade da CDU de redigir documentos, sendo que os textos apresentados usam expressões que acabam por ferir as diferentes ideologias representadas nesta Assembleia.

De seguida, usou da palavra o eleito Sr. António Xavier, informando que o seu voto também será a abstenção, por considerar que o documento contém um discurso ideológico muito forte.

Também para se referir ao documento em discussão, pediu para intervir o eleito Sr. Joaquim Galvão, afirmando que concorda com o que antes foi dito, considerando também que os textos utilizados não terão sido os mais apropriados. Acrescentou ainda que o seu voto será o da abstenção, no entanto, cada um dos eleitos, na bancada que representa, tem liberdade de voto.

Colocado à votação o documento pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, foi o mesmo aprovado por maioria com sete abstenções.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão para apresentar uma moção denominada “ Saudar a Liberdade, Lutar pela Dignidade” a qual se transcreve de seguida:

“Quarenta e um anos depois da revolução libertadora de Abril e quarenta anos depois dos portugueses em eleições livres terem consolidado a democracia, não podemos deixar de com enorme orgulho e reconhecimento a todos quantos lutaram para que estes objetivos fossem alcançados, saudar a liberdade.

Saudar a liberdade e todos quantos a honraram e defenderam nestes 41 anos, significa também convocar todas e todos os portugueses para cumprir Abril. Um Abril plural e um Abril que se reinventa em cada ano, num sentido de modernidade e de plena integração de Portugal no contexto das nações, com uma visão cosmopolita e universalista.

Cumprir Abril é cumprir a Democracia, hoje institucionalmente forte, mas claramente prejudicada pelo brutal aumento das desigualdades na sociedade portuguesa, que se traduz em diferentes capacidades de acesso dos cidadãos à informação e ao conhecimento.

Cumprir Abril é cumprir o Desenvolvimento. Com o governo que agora termina funções o processo de desenvolvimento sofreu um retrocesso brutal. Mais de 2 milhões de portugueses estão em risco de pobreza, entre eles mais de meio milhão de jovens e crianças e mais de 300 mil idosos. O desemprego atinge mais de um milhão de portugueses. 350 mil nossos concidadãos viram-se obrigados emigrar retomando taxas que só são comparáveis com os tempos da ditadura. O País empobreceu e os seus problemas económicos estruturais permaneceram. Cumprir Abril é inverter a política de austeridade e iniciar um novo ciclo de crescimento inclusivo e sustentável.

Cumprir Abril é também cumprir a dignidade. Com os cortes cegos desta governação milhares de cidadãos deixaram de ter o acesso às condições básicas de vida. À saúde, à educação, a uma alimentação saudável. Muitos desses cidadãos são jovens, desempregados ou arrebanhados em estágios sem remuneração ou com remuneração simbólica e que veem assim cerceada a sua esperança numa vida melhor. Cumprir Abril é devolver às portuguesas e portugueses aquilo que este governo lhe retirou. É colocar as pessoas e não o sistema financeiro em primeiro lugar.

Cumprir Abril é agir. No Mundo, na Europa, no Alentejo, em Montemor e em cada uma das suas freguesias e lugares. Uma nova política é necessária. Felizmente com Abril podemos escolhê-la em eleições livres.

Saudemos a liberdade.

Exijamos a dignidade.”

Pediu para intervir a eleita Sra. Sónia Ramos, referindo que o seu voto será a abstenção, uma vez que, na sua opinião, uma das causas para a pobreza acentuada a

que se refere o documento, terá sido da irresponsabilidade da governação do Partido Socialista, no seu último mandato.

Interveio de seguida o eleito Sr. António Xavier para referir que também o seu voto será de abstenção, referindo que as considerações expressas no documento são “ataques diretos”.

Pedi a palavra seguidamente o eleito Sr. António Danado, referindo que votará favoravelmente esta moção.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento, sendo aprovado por maioria com duas abstenções.

O eleito Sr. Pedro Bento pediu a palavra, ainda no período antes da ordem dia, para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Mariano Gago, o qual se transcreve de seguida:

“Há personalidades a quem o conceito de político se aplica com amplo e justo sentido. Alguém que liga, como disse um poeta “a ação, ao pensamento e ao sentimento”, sim... ao sentimento, ao afeto, no sentido mais humanista do termo. Alguém que abriu portas e fronteiras; facultou a possibilidade de se alargar “estradas” e “praças”, para que no futuro o presente e o passado fizessem sentido e a atualização permanente do mundo pudesse lá entrar.

Falamos de Mariano Gago. A sua morte deixou o país mais pobre. O seu nome confunde-se com a ciência, a investigação e o desenvolvimento nas últimas décadas em Portugal.

Era uma pessoa que via longe e com pensamento inovador. Era um intelectual verdadeiro. Ousou meter a ciência na agenda política portuguesa, mas mais importante que isso, pô-la em prática.

Instituiu avaliações internacionais, tornou o país membro de grandes e importantes instituições europeias. Em suma, fez da ciência portuguesa o que ela é hoje.

Físico reconhecido, investigador de referência, professor notável e ministro da ciência e do ensino superior, Mariano Gago desempenhou tarefas executivas durante 12 anos de forma exemplar, notável e corajosa.

Transpôs barreiras ideológicas, com serenidade, sem recurso a retóricas fáceis. Tudo isto fortemente doseado com profundo conhecimento científico dos territórios do saber onde estava envolvido. Colocou Portugal no grande mapa-mundo da ciência e da investigação científica, da inovação e na produção sustentada do conhecimento.

O programa “Ciência Viva”, que ainda hoje percorre Portugal de lés a lés, é um exemplo da forma como via a divulgação científica no nosso país: ciência de e para todos. Era assim que Mariano Gago pensava.

Infelizmente a vida nem sempre é justa para com os melhores, como o seu desaparecimento precoce bem o comprova, É de personalidades da sua qualidade técnica e humana que o país urgentemente precisa!”

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão o documento, tendo o eleito Sr. Augusto Pascoal pedido a palavra para afirmar que partilhou muitas coisas com Mariano Gago. Acrescentou ainda que fazia ciência e política de uma forma muito original. Era um homem invulgar.

Pedi de novo a palavra o eleito Sr. António Danado, afirmando ter contestado por muitas vezes Mariano Gago, em manifestações de estudantes, enquanto Ministro da Educação. No entanto, gostaria de salientar que foi uma pessoa que marcou a vida da

sociedade portuguesa, tendo contribuído para elevar a ciência a um patamar bastante elevado. Por tudo isso, votará favoravelmente o documento.

O documento foi de seguida colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade.

De seguida pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos, questionando a Sra. Presidente da Câmara Municipal sobre qual o valor envolvido na remodelação do site do Município. Referiu ainda, que seria útil para os munícipes conhecerem melhor o “percurso” dos eleitos nesta Assembleia Municipal, sendo que para isso sugeria, que pudesse ser remodelado também o separador referente a este órgão, com a introdução de uma sumula curricular de cada um dos membros.

Ainda no uso da palavra a mesma eleita apresentou um voto de Congratulação ao governo, o qual se transcreve de seguida:

“O PSD representado na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, pela signatária, congratula-se com os investimentos aprovados e concluídos no concelho de Montemor-o-Novo apoiados pelo Quadro Comunitário 2007-2014, que ora se encerra, e que permitiram ao concelho a construção de várias obras alvo de promessas eleitorais, e que de outra forma não teriam sido possíveis, bem como o desenvolvimento da iniciativa privada e, portanto, da economia local e que passamos a referir:

Obras Públicas:

Centro Escolar de Montemor-o-Novo, infraestrutura cujo investimento total ascendeu a dois milhões, cento e trinta e um mil euros;

A requalificação do Circuito da Visita da Gruta do Escoural, cujo promotor foi a Direção-Geral de Cultura do Alentejo, no valor total de trezentos e trinta mil seiscientos e vinte euros;

A iluminação do Castelo, no valor total de 80 mil €, sendo que a contrapartida nacional ascendeu a 12 mil €;

Remodelação dos arruamentos urbanos no Largo Banha de Andrade e envolvente nacional, no valor de 244 mil e oitocentos €, sendo que a contrapartida nacional ascendeu a 36 mil e setecentos €;

Remodelação do acesso pedonal ao Castelo pela Rua do Quebra Costas, no valor total de 230 mil € e contrapartida nacional de 34 mil €;

Requalificação urbana da área do Rossio no valor total de um milhão e quinhentos mil €, com contrapartida nacional de 212 mil €;

Conservação e restauro da Igreja de N. Sra. da Luz, no valor total de 66 mil e contrapartida nacional de 13 mil €;

Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares – Convento da Saudação, no valor total de 310 mil€ e contrapartida nacional de 62 mil €;

Remodelação da Rua da Janelinha e infraestruturas no valor total de 920 mil € e contrapartida nacional de 138 mil €;

Remodelação do acesso ao Castelo pela Rua Condessa de Valença no valor total de 447 mil € e contrapartida nacional de 67 mil €;

Plano sinalética cultural – O Manuelino e A Pintura Mural – 7 mil € e contrapartida nacional de mil €;

Plano sinalética comercial no valor total de 19 mil € e contrapartida nacional de 3 mil €;

Plano de divulgação e comunicação no valor total de 227 mil e e contrapartida nacional de 34 mil €;

Oficina da Criança no valor total de um milhão e quinhentos mil € e contrapartida nacional de 231 mil €;

Clube de Futebol de Cabrela – recuperação – no valor total de 184 mil € e contrapartida nacional no valor de 45 mil€;

Oficinas do Convento – 3ª Edição do Projeto A escola e o rio – no valor de 12 mil e novecentos € e contrapartida nacional de 3 mil €;

Ao nível dos equipamentos sociais, a candidatura da Associação das Obras Assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo, para a Creche Jardim dos Sentidos, cujo investimento total ascendeu a dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil euros; O Centro de Acolhimento Temporário da Assoc. Porta Mágica;

Lar Residencial da Cercimor;

Requalificação da Associação Abrigo dos Velhos Trabalhadores no valor total de 459 mil € e contrapartida nacional no valor de 92 mil €;

Cobertura do Campo de Ténis, recentemente inaugurada e o Centro Hípico D. Duarte.

Ao nível da iniciativa privada a aprovação das candidaturas apresentadas por:

Francisco Patrocínio – Serviços Pecuários, Lda. para construção de uma unidade de produção de alimentos para animais, no valor total de um milhão e sessenta e três mil euros;

Quinta da Plansel, SA – a tradição do vinho, no valor total de 84 mil € e contrapartida privada de 37 mil €;

Regadia, Soc. Agropecuária Lda.- azeites e azeitonas, investimento no valor total de 20 mil € e contrapartida privada de 5 mil €;

Ecofour – Soc. Ind. Lda. – carvão ecológico – investimento no valor total de 656 mil € e contrapartida privada de 229 mil €;

Sousa Cunha Lda. – aldeamento turístico L´and Vineyard, investimento no valor total de 6 milhões e seis mil € e contrapartida privada no valor de 2 milhões e trezentos mil €;

Restaurante Montado; FJ Elias; Law for all, Lda.; Manuel Malhão, Lda.; Probimor, Lda; Gil Porto Luis Design, Lda; Nabo e Nabo, Lda, foram igualmente outras empresas apoiadas no âmbito do QREN.

Assim, pela importância que todo o investimento referido acarreta para o concelho, pela produção de riqueza e criação/manutenção de emprego, a signatária eleita pelo PSD propõe a votação do presente voto de congratulação ao Governo da República pelos investimentos aprovados no concelho de Montemor-o-Novo, que, se aprovado deverá ser remetido à Assembleia da República, bem como aos jornais locais e demais comunicação social.”

Para analisar o voto de congratulação, pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho afirmando a sua discordância pela apresentação deste tipo de documento, por considerar que um cidadão ao candidatar-se a um órgão, quer seja na Junta de Freguesia, na Câmara ou no Governo, tem o dever de gerir o dinheiro que é de todos nós, o melhor que conseguir, pois foi esse o objetivo para que foi eleito. Contudo, afirmou de seguida que votará favoravelmente o documento.

Pediu a palavra de seguida o eleito Sr. António Danado afirmando que tem muita dificuldade em congratular um governo que tudo tem feito para destruir o tecido produtivo e os trabalhadores, beneficiando o grande capital.

Salientou ainda que para além dos investimentos referidos, existiram muitos outros em Montemor. Foram apresentadas candidaturas por parte do movimento associativo,

da Associação Trilho, da Associação Monte, entre outros, sendo que a comparticipação do governo foi nula. Finalizou a sua intervenção informando que se irá abster na votação do documento.

Pediu para intervir de seguida o eleito Sr. Joaquim Bastos afirmando que votará contra este voto de Congratulação, considerando que muitos outros investimentos foram realizados antes de 2007 e que não são mencionados.

A eleita Sra. Sónia Ramos pediu a palavra para referir que o que se pretende com a apresentação desta congratulação é o reconhecimento do esforço de todos os agentes envolvidos no processo, o governo, as autarquias, o movimento associativo, etc.

Pediu de novo a palavra o eleito Sr. António Danado afirmando que todos estes investimentos são importantes para as populações e que importa realçar o empenhamento da Câmara Municipal, do movimento associativo e de muitos privados. Finalizou a sua intervenção afirmando que este governo não trouxe um único investimento privado para este concelho.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito Sr. José Carlos Zorrinho dizendo que a sua bancada congratula-se com estes investimentos porque beneficiaram em concreto pessoas, instituições e empresas do nosso concelho. O sentido político da referida bancada, quanto ao documento em discussão é a abstenção.

Seguidamente pediu para intervir o eleito Sr. Guilherme Franco, dizendo que votará contra, pela forma como o documento está redigido, considerando-o de autoelogio ao governo.

Pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que relativamente à questão colocada pela eleita do PSD, informou que a ação a que fez referência do Plano de Divulgação e Comunicação, é uma das ações que constam da candidatura inicial do Programa Montemor Pedra a Pedra.

Interveio de seguida a eleita Sra. Sónia Ramos questionando de novo a Sra. Presidente da Câmara sobre o que é tratado por este Plano de Divulgação e Comunicação.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara informou que as ações que integram este Plano estão relacionadas com todas as informações publicadas em jornais, todas as edições publicadas em papel, o Plano de divulgação do Manuelino, a exposição final ou seja toda a componente de informação e divulgação relacionada com o referido Programa.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia colocou o voto de Congratulação apresentado pela eleita do PSD à votação, sendo o mesmo rejeitado com oito votos contra, dois votos a favor e quinze abstenções.

Pediu a palavra seguidamente o eleito Sr. António Xavier para informar que lhes foi transmitida por alguns técnicos do Centro de Saúde, uma preocupação relacionada com a sua nova localização, uma vez que a camada mais idosa dos utentes da cidade se situa no Centro Histórico. Questionou a Sra. Presidente da Câmara se a edilidade tem alguma solução em termos de deslocação direcionada para estes idosos.

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito questionou a Câmara sobre quais os desenvolvimentos que entretanto ocorreram, quanto à criação do Conselho Municipal da Juventude.

Respondendo à primeira questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que a localização do novo Centro de Saúde foi definida em articulação com a

Administração Regional de Saúde. Inicialmente a Câmara tentou acautelar as questões relacionadas com o trânsito automóvel, sendo que as questões de acesso do ponto de vista pedonal, a Câmara resolverá, logo que possível.

Quanto à segunda questão colocada pelo eleito do CDS, a Sra. Presidente informou que tem estado a decorrer uma discussão interna entre os serviços técnicos, as chefias e a vereação, no sentido de se concretizar qual a forma de implementação deste Conselho Municipal em Montemor.

De seguida, pediu para intervir o eleito Sr. António Danado felicitando o Rugby Clube de Montemor por se ter consagrado Campeão Nacional Sub 18 – Grupo B.

Retomando o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia informou que a mesa irá enviar um voto de felicitação ao Clube.

Encerrado, o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Procedimento Concursal/ 1 Assistente Operacional (Nadador Salvador) / Prorrogação do prazo

Sobre este primeiro ponto, a Sra. Presidente da Câmara informou que este procedimento de concurso será por tempo determinado, conforme publicado em Diário da República. O que se propõe à deliberação da Assembleia Municipal é a prorrogação do prazo do concurso.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos a favor dos eleitos da CDU e PS e duas abstenções dos eleitos pelo PSD e CDS.

2º. Ponto – Procedimentos Concursais / Chefe de Divisão / Designação de Júri

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Câmara informou que de acordo com a lei compete à Assembleia Municipal aprovar os júris de procedimento de concurso para os cargos de Chefia de Divisão.

E não havendo pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor dos eleitos da CDU, PS e CDS e uma abstenção da eleita do PSD.

3º. Ponto – Prestação de Contas de 2014 e Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014

No que respeita a este ponto, a Sra. Presidente da Câmara referiu que este ano, em termos nacionais, foi marcado pela conclusão do programa de assistência financeira, mantendo-se no entanto a política de restrição, que já afetou e continua a afetar todos os dias os montemorenses, em particular aqueles que vivem apenas do seu trabalho ou das suas pensões. Disse ainda que o ano de dois mil e catorze foi marcado por uma nova lei das Finanças Locais, que veio alterar para pior um conjunto de condições, nomeadamente, a redução da participação das Autarquias nos impostos, a extinção do IMT, enquanto receita municipal, a consignação e retenção de um conjunto de receitas, as alterações às regras do endividamento municipal e a criação do Fundo de Apoio Municipal, que retirará cerca de um milhão de euros durante os próximos sete anos ao concelho de Montemor.

Hoje Sofia

Salientou de seguida um conjunto de ações e investimentos, os quais foram desenvolvidos e mesmo concluídos ao longo do ano passado, como a conclusão das intervenções na Rua do Quebra Costas e Rua Condessa de Valenças, Programa Mor Mais Economia, as Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e o Lançamento da plataforma MorBase. Realçou ainda toda a intervenção dos órgãos autárquicos na defesa dos serviços públicos, nomeadamente contra o encerramento dos Postos Médicos de Cabrela e S.Cristóvão. Foram ainda assinados Protocolos de Delegação de Competências e de Contratos Interadministrativos ao abrigo da nova lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Ainda durante o ano de 2014, a Câmara Municipal assinou com o STAL, o Acordo de Entidade Empregadora Pública, visando a manutenção das 35 horas semanais e que por boicote deste governo, ainda não foi publicado. Ainda no uso da palavra a Sra. Presidente da Câmara afirmou que foi realizada uma alteração à organização dos serviços municipais, com o objetivo de tornar esses serviços mais adequados e ajustados aos interesses dos munícipes, de realçar ainda o apoio a projetos financiados promovidos pelo movimento associativo, o apoio a um conjunto de equipamentos na área social e cultural, o início da obra da nova Oficina da Criança e ainda realização do Fórum das 4 Cidades.

A Sra. Presidente afirmou ainda que, tal como mencionado no relatório do Revisor Oficial de Contas, a Câmara Municipal conseguiu eliminar os pagamentos em atraso e ainda aumentar a taxa de execução de receita e da despesa.

Pedi a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos, afirmando que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 para 2014 baixou 87%, questionando a Câmara Municipal sobre qual a razão para esta redução?

Salientou ainda que as dívidas a Fornecedores aumentaram 22,2%, sendo que no final de 2014 ascendiam a 1.813.000€, questionou a Sra. Presidente se toda a dívida estará regularizada neste momento. Outra questão colocada pela mesma eleita teve a ver com a rubrica Outros Credores, que teve um aumento de 193,3% relativamente a 2013.

Perguntou ainda a eleita pelo PSD, sobre a existência de 26 mil euros para efetuar reconciliação bancária, com data anterior a 2014, que estará pouco clara a sua origem. Ainda no uso da palavra, a eleita afirmou que os extratos dos fornecedores e Outros Credores não são coincidentes com os valores da Contabilidade Patrimonial. O próprio auditor refere que houve uma passagem da aplicação contabilística para uma outra nova. Pedia esclarecimento sobre isso.

Relativamente aos honorários pagos pela C.M. que subiram 188,61%, gostaria de ser esclarecida a que se devem estes honorários.

Também o valor referente ao consumo de eletricidade subiu 51,55%, a que se deve este aumento.

Existem vários processos judiciais contra o Município, quais são esses processos, que ascendem a dois milhões de euros e quem é o advogado da Câmara Municipal.

Da sua análise constatou a mesma eleita, que a Câmara Municipal coimou em 1709% relativamente a 2013 ou seja 22.000€/ano. Disse ainda a mesma eleita que gostaria de saber de que âmbito são estas contraordenações.

Todas as taxas municipais também subiram e penalizaram os montemorenses em 42,2%, acrescentou a mesma eleita.

Sobre este ponto, da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier questionando a Câmara Municipal sobre os valores apresentados relativamente às reservas.

Interveio seguidamente o eleito Sr. Carlos Zorrinho afirmando que os senhores Vereadores eleitos pelo PS consideraram que esta Prestação de Contas não deveria merecer a sua aprovação. Apontou como uma das razões a pouca clareza quanto à estratégia dos investimentos, afirmando ainda que todas as forças políticas deviam ser chamadas a participar nas iniciativas, promovidas pela Câmara, o que não tem vindo a acontecer.

Pediu a palavra, de seguida o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando que da análise feita ao documento, importa realçar que no relatório remetido pelo Revisor são apontados vários erros, nomeadamente na avaliação do património da autarquia e na transposição de saldos de exercícios anteriores.

Concluiu ainda que os proveitos diferidos encontram-se subavaliados e que a própria Câmara tem dificuldade em saber qual é o seu património e daí não ter feito ainda uma avaliação concreta do bens da autarquia em concreto os direitos que tem sobre alguns prédios, no que respeita ao direito de solo.

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito, disse que como já foi referido os senhores vereadores da Câmara Municipal eleitos pelo PS, votaram contra este documento, e a bancada partilha da mesma opinião.

Considera o mesmo eleito, que é um dever do Município, enquanto principal dinamizador da economia do concelho, reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores. Quanto à liquidez geral registou um decréscimo de 1/3. Por tudo o que evidenciou, o eleito Sr. Joaquim Galvão informou que a bancada do Partido Socialista irá votar contra.

De seguida pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho afirmando concordar com as intervenções anteriores dos eleitos pelo PS tratando-se de um assunto de muita importância.

Em resposta às questões colocadas pela eleita Sra. Sónia Ramos a Sra. Presidente da Câmara disse que as recomendações apresentadas pelo Revisor Oficial de Contas são essencialmente para a correção de procedimentos e melhor classificação de algumas despesas da autarquia. Um aspeto essencial está relacionado com as amortizações e que conduziu a um desequilíbrio do resultado operacional, que se apresenta negativo, influenciando também o resultado líquido do exercício. Informou ainda que a rubrica designada de Outros Credores está relacionada com o registo do Fundo de Apoio Municipal, que se encontra contabilizado como passivo.

A Sra. Presidente referiu ainda que em 2014 foram registadas por correção de procedimentos, faturas que se referiam ao ano de 2013, para correção de erros detetados. Quanto às despesas com o pessoal, explicou que poderá verificar-se através da demonstração de resultados que existem duas questões contabilizadas nas despesas com o pessoal: as despesas e os encargos. Assim, acrescentou que poderão verificar que o valor que sofreu um acréscimo relativamente a 2013 foi o valor dos encargos e não o valor das remunerações. Quanto à questão colocada sobre o aumento do consumo de energia, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que está a ser

preparado um projeto conjunto ao nível do Alentejo Central que beneficiará um conjunto de equipamentos e edifícios públicos, ao nível da eficiência energética, que é uma questão nos preocupa bastante.

Ainda no uso da palavra a Sra. Presidente informou que o advogado do Município é o Dr. Hilário Chaves, através de uma prestação de serviços. Os processos referem-se a valores de contenciosos de empreitadas e pedidos de indemnizações por particulares, respeitantes a negociações de terrenos.

Informou ainda que posteriormente irá esclarecer todas as restantes questões colocadas pela eleita do PSD. Finalizando a sua intervenção a Sra. Presidente da Câmara afirmou que todas as recomendações colocadas pelo ROC, vão ser avaliadas internamente sendo que algumas das indicações terão que ser obrigatoriamente corrigidas, soube pena de incorrerem em penalizações para a Câmara Municipal.

Ainda sobre o ponto em análise, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho para referir que a Sra. Presidente poderia considerar, à semelhança do que acontece noutras Assembleias Municipais, que para esclarecimento de todos os presentes, quanto as estas questões de grande importância, pudessem usar da palavra, os técnicos da Câmara ou os Vereadores do Pelouro.

E não havendo, mais nenhuma questão sobre o referido ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os dois documentos apresentados.

Deliberação: O documento referente à Prestação de Contas de 2014 foi aprovado por maioria com catorze votos a favor dos eleitos da CDU e onze votos contra dos eleitos do PS, PSD e CDS.

O documento respeitante à Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor dos eleitos da CDU e onze votos contra dos eleitos do PS, PSD e CDS.

4º. Ponto – 1ª. Revisão Orçamental de 2015

Sobre esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara informou que esta primeira revisão orçamental está relacionada com a integração do saldo da conta de gerência e visa reforçar um conjunto de rubricas, evidenciadas no documento remetido.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente, colocou a votação esta alínea.

Deliberação: Aprovada por maioria com catorze votos a favor dos eleitos da CDU e onze abstenções dos eleitos do PS, PSD e CDS.

5º. Ponto – Empréstimo de Médio e Longo Prazo

Acerca deste ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, disse que se trata de uma proposta de contração de um empréstimo de Médio e Longo Prazo para a concretização de um conjunto de investimentos, os quais se encontram identificados na referida proposta.

E não havendo mais questões, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor dos eleitos da CDU, PS e CDS e uma abstenção da eleita do PSD.

6º. Ponto – Voto de Congratulação pelo aumento do salário mínimo nacional

Esta questão foi colocada pela eleita pelo PSD, o qual se transcreve de seguida:

“A signatária eleita pelo PSD eleita na Assembleia Municipal, nos termos do Regimento, vem por este meio apresentar o presente Voto de Congratulação pelo aumento do salário mínimo nacional pelo XIX Governo Constitucional, liderado pelo PSD, nos seguintes termos:

A atualização do salário mínimo de €485,00 para €505,00 significou uma subida de €20,00 mensais íliquidos tendo entrado em vigor em outubro de 2014, mantendo-se até 31 de dezembro de 2015;

Esta medida governamental vai beneficiar 350 mil trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo;

Por cada trabalhador a Segurança Social vai receber mais de €0,96 do que recebia antes deste aumento, o que significa um encaixe mensal de €336 mil. Ao longo de uma ano, somando 14 vencimentos serão mais €4,7 milhões nos cofres da Segurança Social. Simultaneamente foi aprovada uma medida de apoio ao emprego que consiste numa redução de 0,75 pontos percentuais da Taxa Social Única (TSU) para as empresas que já empregavam trabalhadores a receber o salário mínimo nacional este ano. Esta medida vigora a partir de novembro de 2014, pelo mesmo período de 15 meses do que o novo salário mínimo nacional.

Esta atualização foi o resultado das negociações entre o Governo e os parceiros sociais subscritores do acordo tripartido sobre a atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida e promoção da competitividade e emprego, assinado no dia 24 de setembro de 2014.

Importa salientar que o valor do salário mínimo nacional estava congelado desde 2011 em €485. Ao abrigo de um acordo de Concertação Social de 2006, esta remuneração deveria ter sido fixada nos €500 em 2011.

Nestes termos, entendemos determinante para as famílias e trabalhadores o aumento do salário mínimo nacional.

Mais solicitamos que o presente Voto de Congratulação, se aprovado, seja publicado nos jornais locais e seja junto à acta da presente Assembleia Municipal, fazendo dela parte integrante.”

De seguida, pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho para afirmar que este aumento corresponde a um acréscimo de 0,66€ no orçamento mensal de um agregado familiar composto por 4 pessoas.

Ainda para falar sobre o documento em análise pediu a palavra o eleito Sr. António Fitas informando que também a bancada da CDU irá votar contra o documento e apresentou de seguida uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida:

“Este aumento do salário mínimo nacional não é uma vitória do governo, é o resultado da luta dos trabalhadores por direito a uma remuneração condigna e a trabalho com direitos.

Até na concertação social o assunto foi renegado e esteve por atualizar desde 2010.

O acordo de concertação social que aprovou o aumento do salário mínimo nacional para os 505 euros a partir de Outubro além de tardio e insuficiente, está a ser uma moeda de troca para os patrões voltarem a ser beneficiados pelo Estado. Se desde a sua criação o salário mínimo nacional tivesse acompanhado a inflação estaria em cerca de 800 euros atualmente.

O aumento do salário mínimo foi desde sempre uma batalha do PCP, da CGTP e dos trabalhadores. Muitas vezes o grupo parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República propostas de aumento do salário mínimo sempre rejeitadas pela maioria que suporta o governo.

Os trabalhadores que já deviam estar a receber os 500 euros desde 2011 são, uma vez mais, os grandes prejudicados. Pois o Governo encontrou através da redução da TSU de 23,75% para 23%, outra forma de financiar os patrões para aumentar o salário mínimo nacional.

Este aumento anunciado, como se verifica, é um aumento de tal forma insuficiente que continuará a deixar milhares de trabalhadores no limiar da pobreza.

O Governo e “aqueles que subscreveram este acordo” estão a acentuar o desequilíbrio de forças já existente entre capital e o trabalho.

A CGTP-IN defensora de aumentos mais significativos do salário mínimo, continua a defender o aumento para os 515 euros, com efeitos retroativos a partir de Junho, e, posteriormente, uma subida para os 540 euros em 2015.

Como tal a CDU não pode aprovar nenhum voto de congratulação ao governo.”

Afirmou ainda o mesmo eleito, que este aumento além de tardio, porque não era atualizado desde 2011, é também insuficiente. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou por várias vezes propostas para aumento do salário mínimo, sendo que todas foram rejeitadas.

Pediu para usar da palavra, de novo a eleita Sra. Sónia Ramos dizendo que este aumento é uma vitória de todos, dos sindicatos, das associações patronais e do governo que mediu.

De seguida, pediu para intervir o eleito Sr. Augusto Pascoal afirmando que foi o governo que evitou que o salário mínimo tivesse subido, em sede de concertação social, durante vários anos seguidos, por isso não se congratula pelo facto de ele ter subido só agora.

Ainda para falar sobre este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. António Danado afirmando que este aumento do salário mínimo nacional não aumenta o salário real dos portugueses, porque ao longo destes anos aumentou o IVA, o IMI, o IMT, entre outros. Disse ainda o mesmo eleito que a apresentação deste documento está relacionado com a fase pré eleitoral que atravessamos.

Pediu de novo a palavra a Sra. Sónia Ramos para afirmar que é preciso reconhecer os pequenos passos que o Estado está a dar.

Retomando o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a Votação.

Deliberação: Rejeitado por maioria com vinte e três votos contra dos eleitos da CDU e PS e dois votos a favor dos eleitos do PSD e CDS.

7º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Para além da informação expressa no documento enviado, a Sra. Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que teve início a obra da empreitada de contenção de terras junto à Torre do Anjo, intervenção essa que visa melhorar o acesso e sustentabilidade da Encosta do Castelo. Referiu-se ainda ao prémio obtido pelo filme “Que dia é hoje”, no Festival de Cinema de Animação de Lisboa, o qual foi elaborado por um conjunto de jovens montemorenses, no âmbito das atividades do

Centro Juvenil, que ao longo de dois meses recolheram testemunhos da memória da luta antifascista, antes do vinte e cinco de Abril.

Neste ponto, pediu a palavra a eleita Sra. Paula Martins, questionando a Sra. Presidente da Câmara para quando estará previsto o início do sistema de automatização do abastecimento de água a Cabrela. De seguida referiu-se ainda que no documento faz referência a que assistiram ao documentário, que anda a passar por todas as freguesias, sobre o 25 de Abril, cerca de 48 pessoas, o que não aconteceu.

De novo no uso da palavra, a eleita Sra. Sónia Ramos para solicitar uma listagem do património edificado da Câmara Municipal e para além disso referiu que o Relatório de Contas aqui hoje discutido, deveria ser disponibilizado no site do Município.

De seguida, interveio a eleita Sra. Helena Sabino informando que na freguesia do Ciborro, também o número de participantes na exposição do 25 de Abril, foi inferior ao mencionado no documento.

Foi a Sra. Presidente da Câmara Municipal quem retomou o uso da palavra afirmando que estão a ser analisadas as propostas para a obra de automatização do sistema de abastecimento a Cabrela, estando prevista uma verba para essa intervenção ainda durante o ano de 2015.

De seguida, interveio o eleito Sr. Augusto Pascoal referiu que tanto a exposição como o documentário deveriam também passar pelas escolas do concelho, pois estão muito bem realizados.

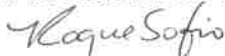
Ainda sobre a mesma matéria, o Sr. Manuel Coelho afirmou que se os jovens conhecessem todo o processo que envolveu este acontecimento, estariam melhor preparados para a vida.

De seguida foi dada a palavra ao público, não tendo havido nenhum pedido de uso da palavra.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues